



**MOVIMENTOS SOCIAIS NO CONTEXTO DA CRISE DO CAPITALISMO
CONTEMPORÂNEO**

**SOCIAL MOVEMENTS IN THE CONTEXT OF CONTEMPORANEOUS
CAPITALISM'S CRISIS**

Caroline Bandeira De Brito Melo

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Caio José Leitão Pires

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

RESUMO

Os “anos dourados” foram precedidos por uma crise do capital, a partir dela, os momentos de instabilidade se tornaram a regra. Esta crise trouxe consequências ruins para os trabalhadores, como formas precárias de trabalho, emprego em tempo parcial, diferenciação ferrenha entre trabalhadores qualificados e não qualificados, desemprego, além disso, retomou a discursão a respeito da “questão social” e houve a disseminação da ideologia “neoliberalismo” entre os países capitalistas. Houve assim, uma “aparente” mudança tanto no objetivo como na organização dos movimentos social, os quais passaram a defender finalidades eminentemente simbólicas e começaram a girar em torno da construção ou o reconhecimento de identidade coletivas. Esse estudo, através de uma revisão bibliográfica, busca entender se de fato houve mudanças nos movimentos sociais ocasionada pela crise do capital contemporâneo e conclui-se que na verdade os novos movimentos sociais nada mais são do que uma diferente “roupagem” dos antigos movimentos classistas.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo. Crise. Movimentos sociais.

ABSTRACT

The "golden years" were preceded by a crisis of capital, from it, the moments of instability became the rule. The capital crisis has had a number of bad consequences for workers, such as precarious forms of work, part-time employment, differentiation between skilled and unskilled workers, unemployment, in addition, resumed the discourse on the "social issue" and there was the spread of ideology "neoliberalism" among capitalist countries. There was also an "apparent" change in both the objective and the organization of social movements, which began to defend eminently symbolic purposes and began to revolve around the construction or recognition of collective identities. This study, through a bibliographical review, seeks to understand if in fact there were changes in social movements caused by the crisis of contemporary capital and it is concluded that in fact the new social movements are nothing more than a different "dressing" of the old class movements.

KEYWORDS: Capitalism. Crisis. Social movements.



1 INTRODUÇÃO

Os “anos dourados” começaram a declinar entre 1971 e 1973, ocorrendo uma “avalanche” do capitalismo democrático. Fato este desencadeado, principalmente, em razão da decisão norte-americana de desvincular o dólar do ouro e o choque do petróleo, com a elevação dos preços determinada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). A partir disso, outras crises do capital sucederam, com características parecidas com as anteriores, como a crise de 2008.

As crises do capital trouxeram diversas consequências, como a chamada acumulação flexível, que se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Houve a chegada de novos setores de produção, novas maneiras de prover serviços financeiros, novos mercados, além disso, houve um aumento de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Ademais, trouxe a “financeirização do capital”, na qual as transações financeiras tornaram-se predominantemente especulativas, amplamente favorecida pelos recursos informacionais.

Porém, desencadeou vários efeitos maléficos para a classe de trabalhadores, tais como formas de emprego em tempo parcial com garantias diminutas, submetendo o trabalhador a procurar várias ocupações, substituição da mão de obra viva por trabalho de máquinas, diferenciação ferrenha entre trabalhadores qualificados e não qualificados, aumento das jornadas, trabalho infantil, salário dispare entre homens e mulheres, trabalho semiescravo ou mesmo escravo e desemprego.

Em razão da crise houve uma retomada daquilo que parecia ter sido esquecido: a “questão social”, ademais, houve a propagação de uma ideologia, a qual vai permear por várias classes de pessoas e vários países: o neoliberalismo.

Outrossim, há uma “aparente” mudança na estrutura dos movimentos sociais, que passam de movimentos de classes para movimentos culturalistas, chamados de novos movimentos sociais. Estes movimentos pregam objetivos eminentemente simbólicos e giram em torno da construção ou o reconhecimento de identidades coletivas (MELUCCI, 1980; 1989; TOURAINE, 2003; 2006). Exemplos são os movimentos dos hispânicos, índios, homossexuais, mulheres, jovens, velhos e intelectuais, ambientalistas etc. Movimento dos Indignados e *Occupy* são exemplos que angariaram bastante fama nos últimos anos.

Partindo dessa premissa, o objetivo desse trabalho consubstancia-se em buscar entender se de fato houve mudança nos movimentos sociais, os quais passaram a ser movimentos culturalista e não mais movimentos de classe.



Este trabalho se subdivide em três partes. Primeiramente foi realizado um estudo a respeito das crises do capital e suas devidas consequências na sociedade capitalista de forma abrangente, posteriormente foi feita a análise do que dos denominados “novos movimentos sociais” e por fim foi realizada a compreensão do que de fato representam esses “novos movimentos sociais” em uma sociedade capitalista.

2 AS CRISES DO CAPITAL

A profundidade da crise, a qual pôs fim aos chamados “anos dourados” modificou amplamente o mundo, emergindo mudanças tanto econômicas, como sociais, políticas e culturais, ocorrendo de forma rápida e impactando Estados e nações de modo surpreendente. Os “anos dourados” expressaram uma grande e longa expansão econômica, com crescimento econômico e taxas de lucro ascendentes. Esses anos ocorreram entre o final da Segunda Guerra Mundial e a segunda metade dos anos sessenta (NETTO; BRAZ, 2006).

Porém, a partir do referido período essa expansão econômica esgotou-se e as taxas de lucros começaram a diminuir: “(...) entre 1968 e 1973, ela caiu na Alemanha Ocidental, de 16,3% para 14,2%, na Grã-Bretanha, de 11,9 para 11,2%, na Itália, de 14,2 para 12,1%, nos Estados Unidos, de 18,2 para 17,1%, e no Japão, de 26,2 para 20,3%.” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 213).

Além disso, o crescimento econômico declinou e nenhum dos principais países do capitalismo central conseguiu manter ou aumentar as taxas dos “anos dourados”. Nos anos de 1971 e 1973 ocorreu a “avalanche” do capitalismo democrático de fato com a decisão norte-americana de desvincular o dólar do ouro e o choque do petróleo, com a elevação dos preços determinada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) (NETTO; BRAZ, 2006).

Entre 1974 e 1975 registrou-se uma recessão generalizada, a qual envolveu as grandes potências imperialistas, seguindo-se por outra entre os anos de 1980 e 1982, na qual as taxas de lucro e crescimento decaíram ainda mais. De acordo com os autores:

A onda longa expansiva é substituída por uma longa recessiva: a partir daí e até os dias atuais, inverteu-se o diagrama da dinâmica capitalista: agora, as crises voltam a ser dominantes, tornando-se episódicas as retomadas (NETTO; BRAZ, 2006, p. 214).

A crise que se estruturou em 2008 não foi diferente das outras crises que já assolaram o sistema. Elas são movidas preponderantemente pela natureza contraditória do desenvolvimento capitalista que, ao aumentar seu processo de produção, diminui os fatores que exponenciam



suas contradições, conduzindo a instabilidades, as quais cada vez possuem mais duração e apresentam-se em períodos menos espaçados (BRAZ, 2012).

Dois fatores potencializam e assentam os desdobramentos das crises capitalistas: a contradição central (a produção social e a apropriação privada) e caráter anárquico da produção. As crises do capital podem se expressar na tendência de queda da taxa média de lucro e/ou combinado com a superprodução de mercadorias/subconsumo das massas trabalhadoras. Além disso, o autor ainda acrescenta que o aumento do exército industrial de reserva, a massa de capitais excedentes e a superacumulação têm tornado o capitalismo ainda mais sedento a buscar novos espaços de acumulação e valorização (BRAZ, 2012).

A partir do “fim dos anos dourados” foram verificadas inúmeras mudanças com o objetivo de reverter a queda da taxa de lucro e criar condições novas para exploração da força trabalhista, como por exemplo, no modo de acumulação, esgotando-se a modalidade denominada rígida e instaurando-se a acumulação flexível, a qual se apoia preponderantemente na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Nela, há a chegada de novos setores de produção, novas maneiras de prover serviços financeiros, novos mercados, além disso, há um aumento de inovação comercial, tecnológica e organizacional (BRAZ, 2012).

Uma dessas transformações se refere ao que alguns analistas chamam de “financeirização do capital”, que de acordo com Netto e Braz (2006) é representado pelo estilo especulativo e predatório, no qual há a valorização de ações fraudulentas, esquemas falsos de enriquecimento imediato, dentre outras ações decorrentes de créditos e ações. Esse fenômeno foi propiciado em razão de recursos informacionais, possibilitando a comunicação instantânea entre agentes econômicos distantes, tendo suporte ainda na gigantesca concentração do sistema bancário e financeiro.

A financeirização do capitalismo contemporâneo deve-se a que as transações financeiras (isto é: as operações situadas na esfera da circulação) tornaram-se sob todos os sentidos hipertrofiadas e desproporcionais em relação à produção real de valores – tornaram-se predominantemente especulativas (NETTO; BRAZ, 2006, p. 232).

A “financeirização do capital” ocasiona uma massa de valores excedentes, tornando a superacumulação um fenômeno cíclico e essa massa tem encontrado, principalmente, quatro formas de se valorizar: (I) transferindo-se para áreas ainda não exploradas, as quais fornecem novos espaços de acumulação de capital; (II) realizando avanço sobre a natureza, industrializando e mercantilizando recursos naturais, (III) investindo em setores rentistas, ou ainda, (IV) investindo na produção de artefatos bélicos (BRAZ, 2012). O estilo de acumulação



conferido pelas novas formas de centralização de enormes capitais financeiro tem função de frutificar dentro da esfera financeira. O meio são os títulos e a sua finalidade, a rentabilidade aliada a “liquidez” (CHESNAIS, 1996).

Outro ponto importante é “desterritorialização da produção”, em outras palavras, os locais de produção são deslocados para novos espaços, onde a exploração da força de trabalho pode ser mais intensa, em razão sobretudo ou de baixo preço, ou da ausência de legislação protetora do trabalho, ou tradições de lutas sindicais. Há uma intensa incorporação à produção de tecnologias, reduzindo enormemente a demanda de trabalho vivo. Além disso, a retórica do “pleno emprego” foi substituída pela defesa de formas precárias de trabalho e de emprego em tempo parcial, submetendo o trabalhador a procurar várias ocupações, ambas somadas ainda a falta de garantias (CHESNAIS, 1996).

O mercado de trabalho foi substancialmente alterado, ocorrendo uma reestruturação produtiva nas grandes empresas:

(...) o conjunto de trabalhadores qualificados e polyvalentes que mencionamos há pouco e que dispõe de garantias e empregos constitui um pequeno núcleo; o grosso dos outros trabalhadores, conformando uma espécie de anel em torno do pequeno núcleo, muitas vezes está vinculado a outras empresas (mediante terceirização de atividades e serviços) e submetido a condições de trabalho muito diferentes das oferecidas àquele núcleo – alta rotatividade, salários baixos, garantias diminuídas ou inexistentes etc. (NETTO; BRAZ, 2006, p. 219).

As novas tecnologias e os novos padrões de organização da produção produzem uma segmentação cada vez maior entre setores de trabalhadores mais qualificados, mais valorizados e preservados em seus empregos e uma grande parcela que não apresenta as qualificações exigidas pelo novo padrão produtivo, as quais transitam entre o desemprego, o mercado informal e entre as velhas formas de trabalho precário (TELLES, 1996).

Além da reestruturação produtiva, outro fenômeno tem chamado atenção: o desemprego maciço. De acordo com Montaño e Duriguetto (2010), a crise impacta amplamente o trabalhador, uma vez que tem como efeitos o aumento do desemprego, da pauperização e miserabilidade associados ao acirramento da exploração capitalista, exteriorizada no aumento da jornada trabalhista, da idade de aposentadoria, na perda de direitos conquistados referentes ao trabalhador, além da perda de direitos políticos e civis. Outrossim, provoca a expulsão da força de trabalho promovido pela automação da produção e, opera-se a externalização do trabalhador por meio da terceirização, fomentada por Programas de Demissão Voluntária (PDV).

Ao mesmo tempo que houve a ascensão do capital financeiro, houve o ressurgimento de maneiras agressivas e brutais que buscam aumentar a produtividade do capital. O aumento



tem como base a combinação de modalidades clássicas de apropriação do mais-valia com aumento brutal do desemprego e com mecanismos viciosos da conjuntura ditada pelas altas taxas de juros (CHESNAIS, 1996).

Uma das características mais marcantes do capitalismo atual é a exponenciação da “questão social” (NETTO; BRAZ, 2006), a qual pode ser conceitualizada como o conglomerado de problemas sociais, políticos e econômicos, os quais foram frutos do surgimento da classe operária no curso da constituição da sociedade do capital, estando intrinsecamente vinculada ao conflito capital/trabalho (CERQUEIRA, 1982).

Discutir a “questão social” significa uma forma de se problematizar os dilemas contemporâneos, ou seja, a crise dos modelos de bem-estar social reabre o problema da justiça social, além do papel do Estado e o próprio sentido da responsabilidade pública. Essas mudanças desafiam a agenda clássica de universalização dos direitos, indicam também, uma redefinição do lugar do trabalho, afetando assim, sociabilidades, identidades, modos de existência e formas de representação (TELLES, 1996).

Aquilo que parecia estar controlado nos chamados “anos dourados” adquiriu, com a crise do capital, magnitude extraordinária. Tanto a precarização como a informalização das relações trabalhistas rememoraram formas de exploração que pareciam passadas como o aumento das jornadas, trabalho infantil, salário díspar entre homens e mulheres, trabalho semiescravo ou mesmo escravo. Ao final do século XX, a massa trabalhadora não sofreu apenas nas periferias, o efeito dessa crise se estendeu também aos países centrais (NETTO; BRAZ, 2006).

Com o intuito de legitimar a estratégia, os detentores do grande capital fomentaram a divulgação de um conjunto ideológico, o qual se difundiu sob o nome de “neoliberalismo”:

O que se pode denominar de ideologia neoliberal compreende um concepção de homem (considerado atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade (tomada como um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na ideia da natural e necessária desigualdade entre homens e a noção rasteira da liberdade (vista como função da liberdade de mercado) (NETTO; BRAZ, 2006, p. 226).

A ideologia neoliberal foi amplamente generalizada pelos meios de comunicação social a partir dos anos de 1980, e configurou-se como uma espécie de senso comum entre engenheiros, economistas, administradores, gerentes, jornalistas etc., além de perpassar por diversos setores da população tanto dos países centrais como periféricos (NETTO; BRAZ, 2006). O neoliberalismo determinou tanto as estratégias dos países centrais como dos periféricos no enfrentamento da crise (PASTORINI, 2004).



Essa ideologia combina com o capitalista monopolista, na medida que defende o rompimento de restrições sociopolíticas que limitam a liberdade de movimento. O primeiro alvo dessa ideologia foi a intervenção do Estado na economia. Para os neoliberais, o Estado deveria ser reformado, perdendo assim o próprio sentido a palavra “reforma”, uma vez que, anteriormente era utilizada para representar o conjunto de mudanças para ampliar direitos, e a partir dos anos de 1980, vem tendo significado inverso, destinada à supressão ou redução de direitos e garantias sociais (NETTO; BRAZ, 2006).

Assim, a crise capitalista além de precarizar, inibir e submeter ainda mais o trabalhador e suas lutas, contribui para criar as melhores condições para os ajustes e as (contra) reformas necessárias para os interesses do capital (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010)

O objetivo real do capital monopolista não é a diminuição do Estado em si, mas sim, a diminuição de funções estatais coesivas, ou seja, aquelas referentes aos direitos sociais: “Na verdade, ao proclamar a necessidade de um ‘Estado Mínimo’, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um Estado Mínimo para o trabalho e máximo para o capital” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 227).

3 NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A reestruturação produtiva, as privatizações, as reformas de seguridade social e a redução de políticas sociais não ocorrem com ausência de conflitos. Porém, houve uma crescente descrença nos macroprojetos, provocando expansão dos movimentos “culturalistas” e “policlassistas” como ecológicos, gays, juvenis, comunitários etc., os quais se organizam em torno de demandas e respostas legítimas e necessárias, porém pontuais e rápidas (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

As mobilizações que mais se destacaram após a crise do capital de 2008 foram as que culminaram na ocupação de espaços públicos próximos aos centros financeiros, como por exemplo em *Wall Street*, no qual aconteceu um movimento denominado *Occupy*, suas lideranças se autodenominavam “indignados”, os quais abriam mão da hierarquia entre seus líderes, desinteressando-se por métodos considerados “arcaicos” de fazer política e indicando horizontes que não objetivavam realizar uma ruptura com o capitalismo, nem tampouco a perspectiva de construção de uma nova sociedade (BRAZ, 2012).

Há uma corrente de análise que se concentra na explicação sobre as características e o surgimento desses movimentos sociais: a teoria dos novos movimentos sociais. Essa teria



atribui importância a aspectos como autonomia dos movimentos frente ao Estado, solidariedade e respeito mútuo. Ademais, foca na concepção de que as lutas presentes da modernidade são identitárias (MELUCCI, 1980; 1989; TOURAINE, 2003; 2006).

De acordo com Touraine (2003), há dois padrões de sociedade que seriam condizentes com dois tipos diferentes de movimentos sociais. De um lado, a sociedade industrial, apresentando como foco a indústria e o trabalho industrial. Nela, os conflitos produtivos prevaleceriam e os principais atores seriam os trabalhadores industriais. Assim, o movimento operário estaria ligado à ideia de conflito na sociedade industrial europeia. Após os anos 1960, configurou-se o que ele chama de “sociedade pós-industrial”, na qual os conflitos referentes ao trabalho haviam perdido o foco preponderantemente em razão da expansão de direitos e ao aumento dos salários conferido pelas instituições capitalistas.

A dominação mudou a centralidade tornando-se cultural, os conflitos avançaram para o plano privado, ganharam também dimensões simbólicas. Assim, houve a construção de “novos sujeitos”, os quais não adviriam somente de classes, mas através de minorias excluídas, como por exemplo, negros, hispânicos, índios, homossexuais, mulheres, jovens, velhos e intelectuais. Para Touraine (2006) todos têm em comum uma atitude eminentemente de oposição, porém cabe assinalar que não se organizam em combate ao Estado, nem tampouco almejam conquistá-lo, mas sim, são agentes de pressão social, com o intuito de persuadir a sociedade civil.

A autonomia moral, referente ao próprio indivíduo, sendo considerado como ator, ou mais precisamente como um sujeito é posta em relevo nesse contexto, em detrimento da autonomia profissional ou econômica. Tanto os movimentos como os adversários não podem ser descritos ou compreendidos em termos eminentemente sociais (TOURAINE, 2006).

Houve, dessa maneira, com Touraine (2006), a retomada do conceito de sociedade civil, como aquela esfera apartada tanto do mercado como do Estado, sendo o local onde os conflitos são produzidos e essa separação é indispensável para a construção de um espaço autônomo, aquém do funcionamento da economia dominada pelo lucro e da vontade política de dominação.

Ou seja, a ideia de autonomia tanto do sujeito como do ambiente é um dos pontos fortes do pensamento de Touraine (2003; 2006), uma vez que enfoca a cisão entre o indivíduo do social e a ideia de sociedade civil apartada tanto do Estado, como do mercado, para que de fato aconteçam os movimentos sociais, os quais são portadores de uma “nova imagem de sociedade”, almejando mudanças valorativas.

No mesmo sentido, Melucci (1980; 1989) parte de teses que abarcam similitudes com Touraine (2003; 2006), caracterizando a sociedade moderna como pós-industrial e complexa, além disso, tenta estabelecer uma compreensão entre o mundo público e privado.



Na atualidade, as fronteiras entre as esferas pública e privada se dissipam, surgindo zonas de conflito entre relações interpessoais como o consumo e lazer, sexuais e identidade biológica como nascimento e morte. Em outras palavras, na sociedade avançada, o conflito não se refere mais ao mundo do trabalho, mas sim, transporta-se para outras zonas, como o corpo, o qual se torna objeto científico, de moda e de consumo (MELUCCI, 1980).

Exemplos seriam os movimentos de mulheres, gays, jovens, ambientalista e o de contracultura. Os movimentos sociais seriam formas particularistas de resistência, os quais apresentariam motivações eminentemente simbólicas e que girariam em torno da construção ou o reconhecimento de identidades coletivas. O confronto com o sistema político e com o Estado é a parte menos significativa na ação coletiva, tendo em vista que afeta a sistema como um todo (MELUCCI, 1980).

A solidariedade é uma das características-chave dos novos movimentos sociais, a qual foi conceitualizada como a capacidade do ator social reconhecer e ser reconhecido como uma parte de uma mesma unidade social, ou seja, há o compartilhamento de uma identidade coletiva (MELUCCI, 1989). Para o autor: “(...) eles afetam a identidade pessoal, o tempo e o espaço na vida cotidiana, a motivação e os padrões culturais da ação individual” (MELUCCI, 1989, p. 58). Assim, o movimento seria uma forma de ação coletiva amparada em três pilares: solidariedade, desenvolvimento de um conflito e rompimento com os limites do sistema em que ocorre a ação. Os movimentos contemporâneos seriam aqueles que saem da lógica econômica-industrial, e entram no âmbito cultural.

A decisão do engajamento envolve tanto uma operação racional, baseada no custo-benefício, como é também produto de um “reconhecimento emocional”, para ele, a conversão de um indivíduo comum em um ativista, envolve a combinação simultânea da racionalidade e emoção (MELUCCI, 1989).

A nova forma de organização dos movimentos da contemporaneidade é um objetivo em si mesma, em outras palavras, como a ação tem como foco valores culturais, o próprio movimento como um meio é a mensagem. Desse modo, não haveria vencedores e perdedores quando se fala em ação coletiva, uma vez que o desafio afeta valores culturais. Ademais, o alvo dos movimentos não é somente a igualdade de direitos, mas também, o direito à diferença (MELUCCI, 1989).

4 O NOVO VIÉS DOS MOVIMENTOS CLASSISTAS



Apesar dessa aparente mutação dos movimentos sociais ressaltada pela literatura dos novos movimentos sociais (MELUCCI, 1980; 1989; TOURAINE, 2003; 2006), Montaño e Duriguetto (2010) apontam que não houve a ausência de luta de classes, mas sim, uma diminuição do peso político dos trabalhadores na atualidade e de suas possibilidades de defender seus interesses e enfrentar o novo projeto do capital.

Em momentos de crise do capitalismo há um aumento da ação ofensiva do capital, em razão disso, os movimentos trabalhistas tendem a assumir posições ligadas a defesa, em razão sobretudo da ameaça do desemprego e de perdas salariais (MOTA, 1995).

Com a crise, há a proeminência de uma “cultura da crise”, na qual em razão do contexto de crises do capital, o trabalhador tente a priorizar, individualmente, a manutenção de alguns direitos adquiridos do que lutar por um projeto alternativo, o qual o fragiliza na luta/negociação com o capital, com sérios riscos de desemprego e queda do seu padrão de vida (MOTA, 1995).

A crise do capital produz impacto em dois planos de acordo com Montaño e Duriguetto (2010): impactos objetivos como o desemprego, precarização do trabalho, dos salários, do sistema de proteção social etc. e no plano ideológico acontece uma supervalorização do subjetivismo, individualismo exacerbado. Como consequência disso, ocorre uma refração na prática de organização da classe trabalhista, alterando as formas corporativas e levando à exclusão de muitos trabalhadores da representação sindical. Assim para os autores:

(...) o aumento do poder monopolista vai acompanhando de uma redução do poder do trabalhador: desorganização, desmobilização, segmentação, descrédito. Sendo falsa a afirmação da extinção das lutas de classes, não é errada a constatação de que elas têm-se redimensionado a partir de uma significativa retração dos seus impactos sociais e políticos (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 218).

Na fase inicial monopolista, a ideologia hegemônica induziu os indivíduos a pensar que o capitalismo não “precisava” ser alterado, na fase atual monopolista, o capitalismo estimula a classe trabalhista a pensar que o capitalismo não “pode” ser alterado, uma vez que seria a única e última forma possível de desenvolvimento social, moderno e globalizado (MONTAÑO; DURUGUETTO, 2010).

Além disso, há críticas (BRAZ, 2012) a respeito do cientista político em geral e sua ânsia de enquadrar tanto as lutas como os sujeitos participantes em uma teoria. A principal crítica consubstancia-se no fato de que quanto mais os cientistas se entusiasmam em compreender as novas lutas sociais, mais se distanciam de revelar o que há detrás de toda a estrutura dessas lutas. Nas palavras Marcelo Braz (2012, p. 481):

Quanto mais se empenham por criar conceitos, mas estes serviam como véu que encobre a essência, acabando por reforçar sua “aparência enganadora”. À medida que



criavam um novo conceito, surgia um novo sujeito em uma nova conjuntura que demandava outro conceito, reproduzindo assim um tormento que lembra o de Sísifo.

Para o referido autor, a cada nova mudança conjuntural de crise capitalista acontecem contestações no mundo e há sempre o desejo de conceituá-las como algo novo, desvincilando-se do antigo. O exemplo por ele apontado refere-se aos anos de 2008 e 2009 e os movimentos que aconteceram na Espanha e em *Wall Street*, sobre os quais emergiram diversos entendimentos.

Assim, na verdade, todos esses movimentos intitulados de “novos movimentos sociais” não passam de lutas de classes com aparências novas, uma vez que não há capitalismo sem lutas classistas e sempre que as forças do capital estiverem no poder, as forças de trabalho se insurgirão, lutando contra a apropriação privada que está no centro das relações sociais capitalistas (BRAZ, 2012).

5 CONCLUSÃO

Apesar de cientistas sociais (MELUCCI, 1980; 1989; TOURAINE, 2003; 2006) apontarem pra uma nova agenda de pesquisa referente aos movimentos sociais, é de suma importância a percepção de dois fatores: primeiramente, os chamados novos movimentos sociais são frutos das próprias crises do capitalismo, uma vez que os indivíduos tendem a assumir posições mais defensivas, justamente com o objetivo de permanecer em seus empregos ou não terem diminuídos seus direitos sociais adquiridos, assim, tentem a privilegiar uma visão mais individualista, subjetivista (MONTAÑO; DURUGUETTO, 2010).

Outro fator a ser considerado diz respeito a tentativa constante de enquadramentos novos para os movimentos sociais por parte dos pesquisadores, visão esta que, de acordo com Marcelo Braz (2012), é errônea já que esses novos movimentos sociais são na verdade luta de classes com apresentações diferentes, uma vez que capitalismo e luta classista são dois elementos indissociáveis.

Assim, é de grande importância para o estudo dos movimentos sociais a compreensão de que apesar das mobilizações se apresentarem de forma diferenciada, os conflitos classistas não desapareceram, uma vez que mesmo perpassando por crises, o capitalismo não desaparece, ao contrário, como salienta Marcelo Braz (2012, p. 469) “A crise capitalista atual não nos conduzirá à superação da ordem burguesa. O capitalismo, por si só, sempre dará em mais capitalismo”.



REFERÊNCIAS

BRAZ, Marcelo. Capitalismo, crise e lutas de classes contemporâneas. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 111, 2012.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

FILHO, Gisálio Cerqueira. **A questão social no Brasil**. Rio: Civilização Brasileira, 1982.

MELUCCI, A. “The new social movements: a theoretical approach”. **Social Science Information**, vol. 19, no 2, 1980.

_____. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, 1989.

MONTANO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010 (Biblioteca Básica).

MOTA, A. E. **Cultura da Crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, José. BRAZ, Marcelo. **Economia Política**. São Paulo: Cortez, 2006.

PASTORINI, Alejandra. **Delimitando a questão social**: o novo e o que permanece. In: A categoria “questão social” em debate. São Paulo: Cortez, 2004.

TELLES, Vera da S. Questão social: afinal do que se trata? **Perspectiva**, 4. São Paulo: SEADE, 1996.

TOURAINÉ, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. **Soc. Estado**. Brasília, v. 21, n. 1, 2006, p. 17-28.

_____. **Podemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 2003.